

## 9. PODE O ENTENDIMENTO SER OBTIDO POR SORTE?<sup>1</sup>

 <https://doi.org/10.36592/9786554600088-09>

Vilson Vinícius dos Santos Rodrigues<sup>2</sup>

### RESUMO

Filósofos como Jonathan Kvanvig (2003) e Duncan Pritchard (2010) tem argumentado que o entendimento é um estado epistêmico distinto do conhecimento com base no argumento da sorte epistêmica. Eles alegam que dado que o entendimento é compatível com sorte epistêmica e o conhecimento não, então esses estados epistêmicos são distintos. Com base nos autores Christoph Kelp (2017) e Kenneth Boyd (2018), será argumentado que esse argumento não é o suficiente para mostrar que o entendimento e conhecimento são estados epistêmicos distintos. Primeiro, o tipo de cenário que Kvanvig e Pritchard desenvolvem é um cenário em que a sorte é compatível com conhecimento. Segundo, ao desenvolverem os cenários de sorte compatível com o entendimento, eles tomam o objeto avaliativo errado do entendimento. Ao desenvolvermos um cenário com o objeto avaliativo correto para o entendimento, conclui-se que o entendimento não é compatível com *sorte epistêmica*.

Palavras-chave: Epistemologia; Entendimento; Sorte Epistêmica.

### INTRODUÇÃO

O que é entender? Quais são as características que marcam o entendimento? O que queremos dizer quando entendemos por que a casa pegou fogo? O que queremos dizer quando dizemos: "eu entendo física", "eu entendo economia"; "eu entendo a teoria da evolução", "eu entendo a economia brasileira"? O verbo entender está no cotidiano não só das pessoas comuns, mas também dos especialistas (biólogos, climatologistas, antropólogos, físicos, etc.). Biólogos buscam entender como as espécies evoluem, os climatologistas buscam entender quais são as consequências das mudanças climáticas, os físicos buscam entender como conciliar a mecânica quântica com a mecânica relativística. Mas o que significa entender? O que basicamente pode-se dizer sobre entendimento é que entender algo (ou mesmo

---

<sup>1</sup> Os resultados e o texto aqui expostos são parte da minha dissertação intitulada *Entendimento e Sorte Epistêmica* (2022) financiada pela CAPES.

<sup>2</sup> Doutorando em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalho financiado pela CAPES. E-mail: v\_rodrigues22@hotmail.com.

alguém) é ser capaz de fazer conexões entre dois ou mais fatos, isto é, ser capaz de *apreender*<sup>3</sup> uma relação entre eventos. Característica que o conhecimento não exige: pode-se saber algo sem fazer conexões entre informações. Mas é preciso ser dito para termos uma melhor compreensão do entendimento, todavia para os efeitos dessa introdução será suficiente ficarmos com essa noção mais básica.

O debate sobre o entendimento pode ser espelhado ao debate sobre a análise do conhecimento. O entendimento exige verdade? Exige justificação? Exige crença? É compatível com sorte? A investigação deste capítulo será sobre a compatibilidade entre a sorte epistêmica e o entendimento.

A sorte pode eliminar a nossa obtenção de conhecimento como a literatura da epistemologia vem sugerindo com diversos exemplos clássicos com diferentes casos Gettier. Seria o entendimento incompatível com a sorte? Alguns filósofos têm argumentado que não, o tipo de sorte que elimina conhecimento não elimina entendimento. Por essa razão, entendimento e conhecimento seriam estados epistêmicos distintos (chamo esse argumento de argumento da sorte epistêmica). Esses são os chamados anti-reducionistas do entendimento (KVANVIG, 2003; PRITCHARD, 2010), isto é, que o entendimento não é redutível ao conhecimento. Alguns filósofos têm argumentado que sim, o tipo de sorte que eliminaria o conhecimento também eliminaria o entendimento. Esses são os chamados reducionistas (GRIMM, 2006, 2014; SLIWA, 2015; KELP, 2017). Eles defendem que o entendimento é um tipo de conhecimento.

Os principais defensores do argumento da sorte epistêmica contra o reducionismo são Jonathan Kvanvig (2003) e Duncan Pritchard (2010). Há uma distinção entre os casos de sorte epistêmica. O caso dos celeiros é chamado de sorte epistêmica ambiental e os casos Gettier são chamados de sorte epistêmica interferente. O foco deste capítulo será contra-argumentar ao primeiro tipo de sorte (embora os mesmos argumentos podem ser aplicados ao segundo tipo de sorte *mutatis mutandis*).

Na primeira seção, exponho brevemente o que é o entendimento e qual o consenso mínimo sobre esse estado epistêmico; na segunda seção, explico o

---

<sup>3</sup> Tradução do termo técnico *grasp*. Todas as traduções são feitas pelo autor.

argumento da sorte epistêmica e, na terceira e última seção, defendo o reducionismo contra o argumento da sorte epistêmica através dos trabalhos de Christoph Kelp (2017) e Kenneth Boyd (2018).

## 1 ENTENDIMENTO E APREENSÃO

É comum dividir o entendimento em dois tipos: explanatório e objetual. O primeiro normalmente consiste em proposições da forma "eu entendo por que X"<sup>4</sup> no qual X é algum evento: "eu entendo por que a casa pegou fogo" (porque houve um curto-circuito, digamos), "eu entendo por que existe dia e noite" (porque a Terra faz o movimento de rotação), etc. Por razões óbvias, esse tipo de entendimento também é chamado de entendimento-porque [*understanding-why*], pois ele parece envolver dar razões de por que X (X, porque Y). O segundo consiste em proposições da forma "eu entendo X" no qual X é algum objeto: "eu entendo biologia", "eu entendo economia", "eu entendo a economia brasileira", "eu entendo a minha namorada", etc. Nesse caso há uma grande estrutura a ser compreendida e não algo tão atômico quando no caso do entendimento-porque.

O que essas duas formas de entendimento parecem ter em comum é o que torna o entendimento tão característico: entender é ter uma apreensão. O mínimo que se pode dizer sobre a apreensão é que ela é uma capacidade de ver como as informações encaixam-se. Isso se mostra distinto do conhecimento, pois é possível ter conhecimento sem ter uma apreensão de como as informações se encaixam. Ou seja, é possível ter conhecimento sem ter entendimento. Por exemplo, quando um sujeito vê uma garrafa de água em cima da mesa, em circunstâncias normais, ele forma o conhecimento de que há uma garrafa de água em cima da mesa. Isso é inegável. Através da sua percepção, ele confiavelmente chega à conclusão de que há uma garrafa de água em cima da mesa. Portanto, ele tem conhecimento. Mas esse mesmo sujeito pode não ter entendimento, dado que ele, por exemplo, não sabe a razão de essa garrafa de água estar em cima da mesa. Uma razão que alguém pode

---

<sup>4</sup> Também existem as formas "eu entendo quando X" (eu entendo quando o sol nasce), "eu entendo como X [funciona]" (eu entendo como fazer um bolo), etc., mas tomaremos a forma "eu entendo por que X" como o caso paradigmático de entendimento explanatório.

adquirir é que a garrafa está em cima da mesa porque a Karina, professora de *crossfit* que estava atrasada, esqueceu ao ir para academia. Com esse pedaço de informação, um sujeito pode ter entendimento ao conectar a informação de que a garrafa está em cima da mesa com a informação de que a Karina a esqueceu. Formando assim uma sentença do tipo “a garrafa de água está em cima da mesa, *porque* a Karina a esqueceu ao ir para academia”.

A apreensão concebida como a capacidade de estabelecer conexão entre informações parece ser consagrada na literatura sobre entendimento como podemos ver nestas passagens:

Entendimento requer a apreensão de relações explanatórias e outras relações fazedoras de coerência em um amplo e largo corpo de informações. Alguém pode conhecer muitos pedaços de informações isolados, mas entendimento é alcançado somente quando itens informacionais são reconstruídos. (KVANVIG, 2003, p. 192).

Entendimento [...] é a apreciação ou apreensão de ordem, padrões e como as coisas “juntam-se”. Entendimento tem uma multidão de objetos apropriados, entre eles as máquinas complicadas, pessoas, disciplinas, provas matemáticas e assim por diante. Entender alguma coisa como essa requer [...] apreciação [...] ou consciência de como suas partes encaixam-se, qual é o papel que cada parte tem no todo e a função que isso tem no grande esquema das coisas. (RIGGS, 2003, p. 217).

Vamos supor que o entendimento requer mais habilidade cognitiva do que o conhecimento correspondente. O que precisamente é requerido? Uma visão amplamente aceita [é] que algum tipo de *apreensão* é necessário para o entendimento. (HANNON, 2021, p. 280).

Como podemos ver nas citações acima, muitos consideram a apreensão uma característica essencial à natureza do entendimento. Michael Hannon (2021) em específico não está defendendo alguma tese sobre a apreensão. No entanto, o seu apanhado dos trabalhos recentes na epistemologia do entendimento sugere que há um consenso notório sobre a apreensão ser uma característica necessária ao

entendimento<sup>5</sup>. Embora haja esse consenso, quase que para cada filósofo que se preocupe com a natureza do entendimento há uma definição sobre o que apreensão significa (KVANVIG, 2003; RIGGS, 2009; ELGIN, 2017; GRIMM, 2006, 2012, 2014; KHALIFA, 2013; HILLS, 2016).

Como foi visto, o entendimento envolve a apreensão. Embora a apreensão tenha uma definição diferente para cada epistemólogo, é seguro dizer que o consenso mínimo sobre a natureza do entendimento é de que esse estado epistêmico envolve fazer conexões entre informações. Não é consenso se o entendimento necessariamente envolve crença, verdade ou justificação. Veremos agora o argumento da sorte epistêmica desenvolvido por Pritchard e Kvanvig.

## 2 ANTI-REDUCIONISMO E SORTE EPISTÊMICA

Duncan Pritchard (2009, 2010, 2014) e Jonathan Kvanvig (2003) são os principais porta-vozes do argumento de que a sorte epistêmica mostra como o entendimento é radicalmente distinto do conhecimento. Essa característica distinguiria esses dois estados epistêmicos, porque a sorte mina um sujeito de adquirir conhecimento, mas não mina um sujeito de adquirir entendimento. O argumento da sorte epistêmica sugere que o conhecimento não é *necessário* para haver entendimento. Isto é, é possível entender que P sem conhecer que P.

Antes de expor o argumento deles, cabe descrever o que está sendo entendido por sorte epistêmica. O tipo de sorte que elimina o conhecimento é a chamada sorte epistêmica verídica. Pritchard (2007, p. 280) formula os casos de sorte epistêmica verídica do seguinte modo: a crença verdadeira de S é formada por sorte se, e somente se, existe uma ampla classe de mundos possíveis nos quais S continua a acreditar na proposição alvo, e as condições iniciais relevantes para a formação dessa crença são as mesmas do mundo atual, porém a crença é falsa. Os exemplos comuns de sorte epistêmica verídica são os famosos casos de Gettier e dos falsos

---

<sup>5</sup> Estas são todas as referências que Hannon (2021, p. 280) usa para sugerir que há um consenso sobre a apreensão ser uma característica necessária ao entendimento: KITCHER 1989; KVANVIG 2003; RIGGS 2003; DE REGT E DIEKS 2005; GRECO 2014; KELP 2015; GRIMM 2006, 2016; DE REGT 2009; NEWMAN 2012; KHALIFA 2013; HILLS 2016; ELGIN 2007; 2017; STREVVENS 2017.

celeiros. Dado que há pouco espaço e o foco é o caso falsos celeiros, vamos explicar um pouco apenas esse caso.

Esse tipo de sorte epistêmica verídica é chamado de sorte ambiental, pois o ambiente não é favorável para formação de conhecimento, assim o eliminando. A formação da crença de que 'há um celeiro' e o fato de que há um celeiro não é interferida pela sorte. Porém o ambiente é desfavorável para formação de conhecimento dado que ele muito facilmente poderia ter olhado para o celeiro falso e formado a mesma crença.

Jonathan Kvanvig (2003, p. 197 - 198) é o primeiro filósofo a desenvolver o problema da sorte epistêmica. O caso que ele cria envolve uma pessoa com entendimento sobre a história da dominação das planícies do sul dos EUA pelos índios Comanches entre o século XVII e XIX. Ele descreve o caso da seguinte maneira:

*Dominância dos Comanches:* Reflita, digamos, sobre o entendimento histórico de alguém sobre a dominância dos Comanches das planícies sul da América do Norte do século XVII até o final do século XIX. Suponha que se você perguntasse a essa pessoa qualquer questão sobre esse tema, ela responderia corretamente. Assuma também que essa pessoa está respondendo a partir de informações guardadas. Ela não está adivinhando ou inventando respostas, mas está honestamente afirmando o que ela acredita ser a verdade. Tal habilidade é certamente constitutiva do entendimento, e a experiência de inquirir e responder, se sustentada por um período longo o suficiente, geraria a evidência convincente de que a pessoa em questão entende o fenômeno da dominância dos Comanches das planícies sul. Mas ela tem conhecimento? Ordinariamente, sim; mas isso não é requerido. Pois, em teorias comuns do conhecimento, todas essas respostas podem ser dadas a partir de informações possuídas e ainda assim falharem em serem conhecidas por serem verdadeiras, porque as respostas podem somente ser acidentalmente verdadeiras. Por exemplo, a maioria dos livros de história podem estar errados, com somente os corretos serem as fontes de entendimento em questão e com nenhuma base no tema para preferir as fontes consultadas em detrimento das ignoradas. (KVANVIG, 2003, p. 197 - 198).

Essa pessoa concatena muito bem os fatos que ela consumiu ao longo dos seus estudos, responde bem a questões quando perguntada etc. Um caso típico de uma pessoa que entende um determinado assunto. No entanto, essa pessoa pode formar esse entendimento via sorte conforme Kvanvig. Para ele, enquanto conhecimento exige que haja uma conexão que não seja acidental entre estado mental interno e eventos externos, para o entendimento a principal exigência é de que haja uma apreensão de como as informações se encaixam – isto é, a principal exigência é algo interno ao indivíduo. Sendo assim, como há uma conexão acidental entre o estado mental interno e eventos externos, essa pessoa não tem conhecimento. Contudo isso não mina sua capacidade para entender, dado que ela apreende como as informações sobre a história dos índios Comanches se encaixam.

Pritchard fornece o seguinte caso para a sua defesa de que o entendimento pode ser obtido por sorte ambiental:

*Nero e Os Bombeiros:* Nero chega em casa e descobre que sua casa está em chamas. Quando ele pergunta a uma bombeira o que causou o fogo, ela lhe dá a resposta correta de que foi uma caixa de disjuntor defeituosa. Sem Nero saber, a pessoa que ele perguntou é uma das poucas bombeiras reais em volta. Muitas das pessoas em volta eram bombeiros fantasiados a caminho de uma festa fantasia. Nero poderia muito facilmente perguntar a essas pessoas fantasiadas e, se ele tivesse feito isso, eles teriam dado a ele uma resposta falsa. (PRITCHARD, 2010, p. 78)<sup>6</sup>.

Em ambos os casos a intenção é mostrar que mesmo em casos de sorte ambiental, apesar de minar conhecimento proposicional (dado que não é possível ter conhecimento proposicional em casos de sorte ambiental), não privam os indivíduos de terem entendimento. Em ambos os casos os sujeitos têm o requisito mínimo para haver entendimento, a saber, apreensão (isto é, ver como as informações se encaixam): Nero apreende a causa de a sua casa pegar fogo (a saber, o disjuntor defeituoso) e, no caso dos índios Comanche, o indivíduo apreende a dominância dos Comanches nas planícies do sul da América do norte. Eles enxergam como as coisas

---

<sup>6</sup> Caso reconstruído por Khalifa (2013).

se encaixam, veem como as razões apoiam verdades. Pritchard, em relação ao seu caso, diz que é difícil imaginar por que as pessoas nesses cenários de sorte ambiental não teriam entendimento:

Afinal, o agente em questão tem todas as crenças verdadeiras requeridas para entender o porquê de sua casa ter pegado fogo, e também adquire entendimento desse mesmo modo. É difícil ver por que a mera presença de sorte epistêmica ambiental deveria privar um agente de entender. (PRITCHARD, 2010, p. 79).

### 3 CONTRA O ARGUMENTO DA SORTE EPISTÊMICA

Kareem Khalifa (2013), Paulina Sliwa (2015), Amber Riaz (2015), Christoph Kelp (2017) defendem que os casos montados por Pritchard e Kvanvig não são casos de sorte ambiental que minariam o conhecimento proposicional – e, portanto, não são casos qualificados para mostrar que entendimento e conhecimento divergem em casos de sorte ambiental. Será explorado o modo como Kelp (2017) defende essa posição. Kenneth Boyd (2018), embora se mantenha agnóstico se os casos montados por Pritchard e Kvanvig sejam realmente casos de sorte ambiental para o conhecimento, ele defende que os casos montados por esses autores não são casos de sorte ambiental para o entendimento – embora possam ser casos de sorte ambiental para o conhecimento.

Primeiro, veremos como é o caso de sorte ambiental no estilo dos falsos celeiros:

#### *Exemplo do Falso Celeiro:*

Bonnie está dirigindo em uma região rural, quando ela vê objetos em forma de celeiros. Pensando ser nada demais, Bonnie forma a crença verdadeira de que há um celeiro no campo. No entanto, sem ela saber, ela está dirigindo em uma Região de Falsos Celeiros, onde a maioria dos objetos que parecem ser celeiros na verdade são falsos. Ademais, se a Bonnie tivesse olhado para o celeiro falso, ela acreditaria que era um celeiro real. (KHALIFA, 2013, p. 4).

É esse caso realmente similar ao caso do Nero e o caso do Comanche? No caso dos falsos celeiros, Bonnie acredita em uma proposição verdadeira, a saber, que há um celeiro no campo. E ela poderia muito facilmente acreditar na *mesma* proposição ("há um celeiro no campo"), porém ela seria falsa (KELP, 2017, p. 261 - 262). No caso do Comanche, não parece ocorrer o mesmo. A estudante adquire um *corpo conectado de crenças verdadeiras* sobre os Comanches. Porém, ela poderia muito facilmente ter adquirido um *corpo diferente de crenças conectadas*, que podem ser todas falsas ou pelo menos as crenças centrais falsas. Kelp fornece um caso mais similar ao caso dos Comanche.

Alguém escolhe uma escola em particular para sua filha com base em ser localizada no prédio mais bonito do que de outras escolas na vizinhança. Além do mais, suponha que a escola escolhida seja a única escola na vizinhança que ensina a teoria da evolução em vez de criacionismo. Note que esse caso é mais similar ao caso dos Comanches do que caso dos falsos celeiros. Afinal, somente no caso dos Comanches (i) a filha adquire um corpo de crenças verdadeiras interconectadas sobre um certo fenômeno, nesse caso a origem das espécies. Ademais, (ii) ela pode facilmente ter um corpo diferente de crenças interconectadas sobre isso, a saber, se ela tivesse ido para uma escola diferente. Por último, (iii) enquanto alguns membros do corpo conectado de crenças, incluindo as centrais, teriam sido falsas, está longe de ser claro que todas elas teriam sido falsas (ou mesmo não sabidas). (KELP, 2017, p. 262).

O caso dos Comanches parece ser mais similar a esse de Kelp do que o dos falsos celeiros. Aqui é a filha que tem um corpo de crenças verdadeiras conectadas que poderia facilmente ter um corpo diferente de crenças conectadas que poderiam ser falsas ou senão as crenças centrais falsas, assim como no caso da estudante dos Comanches. A pergunta importante é se nesse caso de Kelp a filha teria conhecimento da teoria da seleção natural. O que parece ser o caso, mesmo que a filha pudesse facilmente ter um corpo diferente de crenças conectadas sobre a teoria da seleção natural (2017, p. 262). Embora Kelp (2017) não diga isso, esse caso é similar ao caso da sorte evidencial (isto é, um tipo de sorte que não elimina conhecimento, diferente do tipo de sorte epistêmica verídica): não é a verdade do

corpo conectado que a filha obtém por sorte, mas sim a situação evidencial desse corpo conectado – o que não é nenhum problema. Assim como uma pessoa pode ter conhecimento da proposição de que é o presidente do banco que está cometendo o assalto a banco, embora por sorte estivesse em uma posição evidencialmente privilegiada; uma pessoa também pode ter conhecimento das proposições sobre a teoria da seleção, embora ela pudesse ter tido um corpo de diferente de crenças conectadas caso não estivesse em uma posição evidencialmente privilegiada.

O mesmo pode-se dizer do caso do Pritchard. Nero teria uma crença falsa diferente (por exemplo, de que a causa pegou fogo, porque jogaram um cigarro aceso dentro da casa) e não a mesma crença (de que a casa pegou fogo, por causa de uma caixa de disjuntor defeituosa) só que falsa. A sua sorte foi meramente evidencial: a situação evidencial foi sortuda e não a sua verdade.

Todavia, vamos conceder a Pritchard e Kvanvig para fins de argumentação que os casos montados por eles são casos genuínos de sorte ambiental para o conhecimento. Ou seja, esses casos serão tomados como sendo aqueles que privam um sujeito de ter conhecimento. No entanto, podemos nos perguntar, eles fizeram o suficiente para mostrar que isso é um caso de sorte ambiental para o *entendimento*? Será argumentado que não.

Kenneth Boyd argumenta sem assumir nenhuma concepção de entendimento, ou seja, ele não toma partido no debate reducionismo e anti-reducionismo. Ele defende apenas que os casos desenvolvidos para afirmar que é possível um sujeito ter entendimento em casos de sorte ambiental, na verdade, não são casos de sorte ambiental para o entendimento. Para fazer essa defesa, ele dirá que há uma pressuposição na discussão dos casos montados por Pritchard e Kvanvig. A pressuposição é a seguinte: em casos de sorte ambiental, para saber se S entende que P, deve-se avaliar se a crença verdadeira de que P de S poderia ter sido facilmente falsa, caso S formasse a sua crença da mesma forma. O Boyd argumenta que essa pressuposição é falsa quando estamos avaliando atribuições de entendimento. O que deve ser avaliado não é a crença verdadeira que P de S, mas sim a representação mental de uma estrutura relacional  $\varphi$  de S. Ou seja, em casos de sorte epistêmica, para saber se S entende que P, deve-se avaliar se a representação mental em uma estrutura relacional  $\varphi$  de S poderia ter sido facilmente

falsa, caso S formasse a sua representação mental da mesma forma (BOYD, 2020, p. 74 - 75). Ou seja, Pritchard e Kvanvig tomam o objeto avaliativo errado do entendimento.

Na mesma ordem argumentativa que Boyd apresenta no seu artigo, veremos primeiro qual é o objeto avaliativo do conhecimento e como isso se relaciona com os casos de sorte ambiental, depois a concepção mínima da natureza do entendimento para Boyd (isto é, uma concepção que não pressupõe nem o reducionismo e nem o anti-reducionismo), o objeto avaliativo do entendimento e, por último, como Pritchard e Kvanvig falham em construir um caso em que há sorte ambiental *para o entendimento*.

Como vimos no caso dos falsos celeiros remontado por Khalifa, Bonnie forma uma crença verdadeira sobre a proposição "há um celeiro no campo". Dado que ela está em um ambiente desfavorável para formação de conhecimento, nós não atribuímos conhecimento a ela. O seu ambiente é dito desfavorável para formação de conhecimento, porque ela muito facilmente poderia ter tido uma crença falsa: bastasse ela olhar um pouco mais para o lado que ela teria uma crença falsa. A lição que podemos tirar aqui é que para avaliar se um sujeito tem conhecimento, precisamos avaliar as condições em que é formada a sua crença. Por quê? Porque o conhecimento proposicional é um tipo especial de crença (BOYD, 2018, p. 75). Ou seja, o objeto avaliativo do conhecimento proposicional – o que avaliamos para saber se um sujeito tem conhecimento – é a crença. Ao avaliarmos positivamente um sujeito com conhecimento, avaliamos que a sua crença é verdadeira, justificada e não obtida por sorte – assumindo que essa é a análise correta do conhecimento. Isto é, se a crença do sujeito tem as condições da verdade, da justificação e de não ser obtida por sorte, então avaliamos essa crença como conhecimento. Com relação à condição de não ser obtido por sorte, o que avaliamos é como a crença verdadeira do sujeito foi obtida nesse mundo e como a crença poderia ter sido falsa em mundos próximos: se a crença muito facilmente poderia ter sido falsa, então não consideramos a crença como o tipo especial com o qual estamos preocupados, a saber, o conhecimento. Portanto, o objeto avaliativo do conhecimento é a crença. Em relação à condição de não ser obtida por sorte, avaliamos se a crença verdadeira do sujeito poderia muito facilmente não ser verdadeira.

Pode-se extrair disso uma condição geral para a avaliação de outros estados epistêmicos em casos de sorte. Para avaliar os efeitos da sorte em outros estados epistêmicos, precisamos saber o objeto avaliativo desse estado epistêmico e se, em um dado cenário, o conteúdo desse estado epistêmico poderia muito facilmente não ter ocorrido. Portanto, para avaliarmos cenários de sorte epistêmica para o entendimento, será necessário saber qual é o objeto avaliativo do entendimento.

Primeiro, antes de vermos o objeto avaliativo do entendimento, é necessária uma concepção mínima do entendimento. O requisito mínimo, Boyd afirma, é que o entendimento envolve a apreensão de uma estrutura relacional verdadeira (2018, p. 78). Vamos destrinchar essa proposição. Lembrando que a noção de Boyd de que o entendimento envolve minimamente a apreensão de uma estrutura relacional verdadeira tem o intuito de ser sobre qualquer teoria reducionista ou anti-reducionista. A noção mínima de Boyd pode ser dividida em duas questões: o que é apreensão e o que é uma estrutura relacional? Vamos começar com a primeira questão. A questão da apreensão também pode ser dividida de duas maneiras: a apreensão como um processo (ou um conjunto de processos) e a apreensão como apreensão *de algo*. Embora a apreensão seja definida de diversas formas por diversos filósofos, como Boyd (p. 76) reconhece, a ideia básica é que quando eu entendo algo, eu “[...] apreendo como as coisas se encaixam, como as causas se relacionam com os seus efeitos, como as razões apoiam verdades [...]” (BOYD, 2018, p. 76). Isso é o que a apreensão é enquanto um processo (ou um conjunto de processos). O que é a apreensão enquanto apreensão *de algo*? Novamente, Boyd reconhece a diversidade de opções na literatura. Em suma, Boyd afirma que o que é apreendido no entendimento é uma representação mental de uma estrutura relacional. Ou seja, diferentemente do conhecimento que está relacionado à crença em uma proposição individual, o entendimento é um fenômeno maior que uma proposição individual – envolve uma estrutura relacional. Portanto, ao avaliarmos se um sujeito tem entendimento, deve-se avaliar a sua representação mental de uma estrutura relacional. Por exemplo, o que é avaliado é a representação *de que p e as razões por que p* (p. 76 - 77) no caso do entendimento-porque. Boyd assume no seu artigo que entendimento é factivo mesmo reconhecendo o debate sobre o assunto. Por falta de espaço para clarear essa questão, será assumido aqui também.

Em suma, para Boyd, dado que o entendimento envolve apreensão de uma estrutura relacional verdadeira, o objeto avaliativo do entendimento (isto é, o que devemos avaliar para saber se o indivíduo em questão tem ou não entendimento) é a representação mental de uma estrutura relacional e não uma simples crença verdadeira. Entendimento envolve a nossa capacidade de unir informações e ver como as coisas se encaixam e não simplesmente obter crenças verdadeiras.

Como vimos anteriormente, o Boyd sugere que há uma pressuposição da parte de Pritchard e Kvanvig de que, em cenários de sorte ambiental, devemos avaliar a crença verdadeira de um sujeito para saber se ele tem entendimento. Com isso, esses autores chegam à conclusão de que o entendimento pode ser obtido por sorte ambiental. Veremos agora como Boyd argumenta que esse modo de avaliar não gera o resultado que os autores desejam.

Lembremos que o caso de Pritchard é o caso de Nero onde ele facilmente poderia ter adquirido uma crença falsa sobre por que a casa pegou fogo caso ele perguntasse para o bombeiro fantasiado, enquanto o caso do Kvanvig é o caso dos Comanche em que uma pessoa facilmente poderia ter adquirido crenças falsas sobre os índios Comanches caso pegasse o livro errado. Boyd (2018, p. 79) sugere dois modos de avaliar se o entendimento é compatível com sorte ambiental ou não: "Crença Ambientalmente Sortuda e Entendimento: Pode S entender (porque/como/que) p se o ambiente no qual S forma a sua crença verdadeira que p faz com que S pudesse facilmente estar errado sobre o fato de que p, caso S tivesse formado a sua crença da mesma maneira?". (BOYD, 2018, p. 79).

Essa é a pergunta errada a se fazer, dado que o objeto avaliativo do entendimento é a representação mental de uma estrutura relacional e não a crença verdadeira. Nesse caso, o Boyd concorda com Pritchard e Kvanvig que esses casos mostram que os indivíduos tem entendimento, porém, de novo, não são casos de sorte ambiental para o entendimento uma vez que eles estão avaliando a crença verdadeira do indivíduo e não a sua representação mental de uma estrutura relacional. As crenças verdadeiras de Nero e do estudante dos índios Comanches foram obtidas por sorte, mas não a representação mental da estrutura relacional. A estrutura relacional obtida por eles foi segura e não sortuda.

O que Pritchard e Kvanvig deveriam se perguntar, mas não foi perguntado é o seguinte, como Boyd (2018, p. 79) diz: "Representações Ambientalmente Sortudas e Entendimento: Pode a representação mental de  $\varphi$  de S ser qualificada como entendimento se o ambiente no qual S representa  $\varphi$  é tal que  $\varphi$  pudesse facilmente deixar de ser obtido, caso S tivesse representado  $\varphi$  da mesma maneira?".

Essa seria a pergunta correta para a avaliação de se o entendimento é compatível com a sorte ambiental e não perguntar pela crença verdadeira do indivíduo.

Qual é, então, a resposta para essa pergunta? A resposta é negativa: se a representação mental de  $\varphi$  de S for sortuda, então ela não deve ser qualificada como entendimento. Boyd fornece um caso interessante para ilustrar um caso real em que a representação mental de  $\varphi$  é obtida por sorte.

*Cláudio e o Eletricista:* A caminho de sua casa, Cláudio vê que todas as casas na sua vizinhança em Roma estão pegando fogo. Perguntando-se o que causou o fogo, ele para em uma das casas que por coincidência é a de Nero. Quando Cláudio pergunta ao eletricista mais próximo o que causou o fogo, ele dá a resposta correta de que foi uma caixa de disjuntor defeituosa. O eletricista é confiável e bem informado, também não há falsos eletricistas por perto. Com base na sua crença verdadeira de que a caixa do disjuntor estava com defeito, mais crenças de fundo sobre eletricidade, a natureza das caixas de disjuntor, calor e fios, Cláudio forma uma representação mental da relação entre a caixa de disjuntor de Nero e do fogo: sem uma caixa de disjuntor funcional para controlar o fluxo de eletricidade, os fios na casa de Nero aqueceram ao ponto de que a madeira ao redor entrasse em combustão. E, de fato, a casa de Nero pegou fogo como resultado de uma caixa de disjuntor defeituosa na maneira como o Cláudio representa. Sem Cláudio saber, no entanto, devido a um surto de casas que pegaram fogo, as autoridades de Roma decidiram que todas as casas serão adaptadas com caixas de disjuntor de baixa voltagem. Como resultado, todas as casas na cidade foram adaptadas, exceto a de Nero, a qual ainda usa uma caixa de disjuntor com uma tecnologia antiga. Quando uma caixa de disjuntor defeituosa causa fogo em uma casa adaptada, no entanto, não é pela mesma razão que causou fogo na casa de Nero: em vez disso, a nova caixa de disjuntor

solta faíscas que incendiam materiais inflamáveis que os romanos costumam armazenar em seus porões. (2018, p. 83).

Esse é um caso em que fica claro em que uma pessoa não obtém entendimento devido à sorte ambiental, uma vez utilizado o objeto avaliativo correto. Cláudio obtém a representação da estrutura relacional da casa de Nero pegar fogo e de ela pegar fogo porque a caixa de disjuntor defeituosa aquece os fios e a madeira entra em combustão. Isto é, como foi dito antes por Boyd, Cláudio obtém a representação *de que p* e *as razões de por que p*. Porém, a verdade dessa estrutura relacional foi obtida de maneira sortuda, caso ele parasse em outra casa, a estrutura relacional obtida seria falsa. As outras casas pegaram fogo não devido aos fios aquecerem e a madeira entrar em combustão, mas porque a caixa de disjuntor soltou faíscas que incendiaram materiais inflamáveis. Portanto, Cláudio não teria entendimento de por que a casa de Nero pegou fogo, dado que ele obteve a verdade da representação mental de uma estrutura relacional devido à sorte ambiental.

## CONCLUSÃO

Pritchard e Kvanvig visam mostrar que embora o entendimento possa ser obtido por sorte ambiental, o conhecimento não. Portanto, diriam eles, entendimento e conhecimento seriam estados epistêmicos distintos. Através do trabalho de Boyd e Kelp, foi mostrado que esses autores estão errados. Os casos montados por Pritchard e Kvanvig não são bem sucedidos dado que ou o caso não é estruturalmente o mesmo caso que o dos falsos celeiros ou eles avaliam o objeto errado. Ademais, ao construir um cenário utilizando o objeto avaliativo correto do entendimento, vemos que o entendimento não pode ser obtido por sorte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOYD, K. Environmental Luck and The Structure of Understanding. In: *Episteme*, v.17, n.1, p. 73 – 87, 2020.

CHISHOLM, R. *Theory of Knowledge*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. 1977.

ELGIN, C. True Enough. In: *Philosophical Issues*, v. 14, n. 1, p. 113 – 131, 2004.

ELGIN, C. Understanding and the Facts. In: *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, v. 132, n. 1, p. 33 – 42, 2007.

FAIRWEATHER, A. *Bridges Between Virtue Epistemology and Philosophy of Science*. Springer International Publishing, (Synthese Library). 2014.

GETTIER, E. Is Justified True Belief Knowledge? In: *Analysis*, v. 23, n. 6, p. 121 – 123, 1963.

GOLDMAN, A. Discrimination and Perceptual Knowledge. In: *Journal of Philosophy*, v. 73, p. 771 – 91. 1976.

GRECO, J. Episteme: Knowledge and Understanding. In: TIMPE, Kevin; BOYD, Craig A. (Orgs.). *Virtues and their vices*. First edition. Oxford, United Kingdom; New York: Oxford University Press, 2014, p. 285 – 302.

GRIMM, S. Is Understanding A Species Of Knowledge? In: *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 57, n. 3, p. 515 – 535, 2006.

GRIMM, S. Understanding as Knowledge of Causes. In: FAIRWEATHER, Abrol. *Virtue Epistemology Naturalized: Bridges Between Virtue Epistemology and Philosophy of Science*. Springer International Publishing, 2014, p. 329 – 345.

HANNON, M. Recent Work in The Epistemology of Understanding. *American Philosophical Quarterly*, v.58, n.3, p. 269 – 290, 2021.

HILLS, A. Moral Testimony and Moral Epistemology. In: *Ethics*, v.120, n.1, p. 94 – 127, 2009.

HILLS, A. Understanding Why. In: *Noûs*, v. 50, n. 4, p. 661 – 688, 2016.

KELP, C. Towards a Knowledge-Based Account of Understanding. In: GRIMM, S.; BAUMBERG, C.; AMMON, S.. (eds.). *Explaining understanding: new perspectives from epistemology and philosophy of science*. New York ; London: Routledge, Taylor & Francis Group. 2017, p. 251 – 271.

KHALIFA, K. Understanding, Grasping and Luck. In: *Episteme*, v.10, n.1, p. 1 – 17, 2013.

KVANVIG, L. J. *The value of knowledge and the pursuit of understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KVANVIG, L. J. The Value of Understanding. In: HADDOCK, A.; MILLAR, A.; PRITCHARD, D. (Orgs.). *Epistemic value*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2009, p. 95 - 111.

PRITCHARD, D. Knowledge, Understanding and Epistemic Value. In: O'HEAR, A. (ed.), *Epistemology* (Royal Institute of Philosophy Lectures). Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 19 - 44.

PRITCHARD, D. Knowledge and Understanding. In: FAIRWEATHER, A. *Bridges Between Virtue Epistemology and Philosophy of Science*. Springer International Publishing, (Synthese Library), 2014, p. 315 - 328.

PRITCHARD, D.; MILLAR, A.; HADDOCK, A. *The nature and value of knowledge: three investigations*. New York: Oxford University Press, 2010.

RIAZ, A. Moral understanding and knowledge. In: *Philosophical Studies*, v. 172, n. 1, p. 113 – 128, 2015.

RIGGS, W. Understanding Virtue and the Virtue of Understanding. In: DEPAUL, MICHAEL; ZAGZEBSKI, LINDA. (eds.), *Intellectual Virtue: Perspectives from Ethics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

RIGGS, W. Knowledge, luck, and control. In: HADDOCK, A.; MILLAR, A.; PRITCHARD, D. (Orgs.). *Epistemic value*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2009, p. 204 - 226.

SLIWA, P. IV-Understanding and Knowing. In: *Proceedings of the Aristotelian Society* (Hardback), v. 115, n. 1, p. 57 – 74, 2015.

STREVENS, M. How Idealizations Provide Understanding. GRIMM, S.; BAUMBERG, C.; AMMON, S. (eds.). In: *Explaining understanding: new perspectives from epistemology and philosophy of science*. New York ; London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017, p. 37 – 49.

RODRIGUES, S. V. Vilson. Entendimento e Sorte Epistêmica. 2022. p. 86. Dissertação (Mestrado em filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ZAGZEBSKI, L. Recovering Understanding. In: STEUP, M. (ed.) In: *Knowledge, Truth and Obligation*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 235 - 251.